

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.131 - PR (2019/0039175-6)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : LUIZ CARLOS ZAMPIER
ADVOGADOS : MARCOS DANIEL VELTRINI TICIANELLI - PR030311
VINICIUS BONALUMI CANESIN - PR086946
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por LUIZ CARLOS ZAMPIER, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado como incurso no art. 15 da Lei n. 7.802/1989. Irresignada, a defesa impetrou prévio *mandamus*, cuja ordem foi denegada, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 343/344):

REMÉDIO CONSTITUCIONAL DE HABEAS CORPUS CRIME. SUPOSTA PRÁTICA DO DELITO PREVISTO NO ART. 15 DA LEI 7.802/89. PLEITO PELO TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL EM CURSO. ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. ADUZIDA A INÉPCIA DA DENÚNCIA AO ARGUMENTO DE QUE O ORA PACIENTE FOI INCLUÍDO NO POLO PASSIVO DA AÇÃO APENAS EM RAZÃO DE SER O REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA. NÃO ACOLHIMENTO. — PRESENÇA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 41 DO CPP. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL SE TRATA DE MEDIDA EXCEPCIONAL. INDÍCIOS DE MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA VERIFICADAS. PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO EM SEU TRÂMITE REGULAR É MEDIDA QUE SE IMPÕE. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL NO PRESENTE CASO. LIMINAR CONFIRMADA. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

No presente recurso, o recorrente afirma, em síntese, que a denúncia é inepta e carente de justa causa, porquanto lhe atribui responsabilidade penal objetiva, haja vista ter sido denunciado apenas por ser

o proprietário e representante legal da Producerta, embora não tenha participação na emissão de receituários agrícolas.

Pugna, liminarmente, pela suspensão da audiência de instrução e julgamento designada para 29/10/2018. No mérito, pede o trancamento da ação penal.

É o relatório. **Decido.**

De início, verifico que não há mais interesse no deferimento do pedido liminar, uma vez que os autos vieram conclusos à minha relatoria apenas na data de hoje, quando provavelmente já ocorrida a audiência que se pretendia suspender.

Não se pode descurar, ademais, que a liminar, que na via eleita não ostenta previsão legal, é criação da jurisprudência para casos em que a urgência, necessidade e relevância da medida mostrem-se evidenciadas de forma indiscutível na própria impetração e nos elementos de prova que a acompanham.

No caso, o exame do pleito liminar se imbrica com o próprio mérito da impetração, que será analisado oportunamente pelo órgão colegiado, sendo certo que, ao menos em sede de cognição sumária e perfunctória, não vislumbro manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência.

De fato, conforme esclarecido no acórdão recorrido, os fatos são regidos por legislação específica, a qual atribui ao comerciante a responsabilidade penal pela comercialização de agrotóxicos. Assim, imperioso um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Magistrado de origem, sobre o alegado no presente recurso, em especial sobre o andamento da ação penal.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

